

Relator anuncia votação da LOA para março, impactando reajuste de servidores federais

O senador Ângelo Coronel, relator da Lei Orçamentária Anual (LOA), anunciou que pretende levar o projeto para votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 10 de março. A proposta, que deveria ter sido aprovada ainda no ano passado, foi adiada para este ano, impactando o pagamento do reajuste previamente acordado com os servidores federais.

A LOA, que define as prioridades e o planejamento financeiro do governo para o ano, é um dos instrumentos mais importantes da gestão pública, e sua aprovação pontual é essencial para garantir a continuidade de diversas ações governamentais, incluindo o reajuste acordado com os servidores federais.

Texto necessita de ajustes

Em declarações recentes, Coronel destacou a importância de realizar ajustes no texto, afirmando que “a previsão mais racional é no dia 10 de março” e que é necessário ter paciência para que o orçamento não seja apressado.

O senador ressaltou que o objetivo é garantir que o orçamento atenda às expectativas do povo brasileiro de maneira eficaz.

— Não adianta fazer um orçamento apressado, que não venha satisfazer a expectativa do povo brasileiro — afirmou.

Próximos passos

Após a aprovação na Comissão Mista de Orçamento, a LOA ainda passará pelo plenário conjunto do Congresso Nacional, onde será submetida a mais uma rodada de análise e votação.

Em paralelo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, comentou que o governo está trabalhando para realinhar a proposta e destacou a urgência da situação.

— Interessa ao Congresso Nacional aprovar o Orçamento o mais rápido possível — disse Padilha.



ELEIÇÕES PARA

DIRETORIA E
CONSELHO FISCAL

25, 26 e 27

Fev / 2025

09h às 17h



SEU VOTO NA
PALMA DA MÃO



Fonte: Condsef



Isenção do IR até R\$ 5 mil e fim dos supersalários são prioridades de Haddad

A reforma do Imposto de Renda (IR), a limitação a supersalários no serviço público e mudanças na Previdência dos militares estão entre as 25 prioridades da equipe econômica no Congresso para 2025 e 2026. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou nesta quarta-feira (5) uma lista das pautas econômicas ao novo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta.

Outras propostas que são destaque são a regulamentação das big techs (grandes empresas de tecnologia) e a regulamentação do Imposto Seletivo, tributo que incidirá sobre produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente. A lista foi dividida em três eixos: estabilidade econômica, melhoria do ambiente de negócios e Plano de Transformação Ecológica. Das 25 prioridades, 15 dependem da aprovação de projetos de lei ou de medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Ao entregar a lista, Haddad agradeceu à atuação da Câmara dos Deputados, que aprovou 32 projetos estratégicos para o governo em 2023 e 2024, no mandato do presidente anterior da Casa, Arthur Lira. O ministro se disse otimista com a relação que terá com Hugo Motta, com base na atuação do parlamentar como líder do Republicanos na Câmara.

“Trouxemos [a agenda

de prioridades] a conhecimento do presidente Hugo Motta, que conviveu conosco nesses dois anos como líder. Foi um líder de muito prestígio e muita efetividade. Trouxemos para ele uma pauta com 25 iniciativas, das quais 15 ainda dependem do Legislativo. Oito projetos que já estão tramitando, e sete que serão encaminhados nas próximas semanas”, disse Haddad.

O ministro ressaltou não haver bala de prata na área econômica, mas um trabalho constante de modernização do ambiente de negócios, que promova o desenvolvimento e estimule o crescimento econômico. “Nunca vai haver uma bala de prata. Mesmo a reforma tributária, com toda a sua grandeza, tem a repercussão no PIB [Produto Interno Bruto] diluída no tempo. Então, é tijolinho por tijolinho que vamos construir uma economia robusta”, ressaltou.

Compensação do IR

Em relação à reforma do Imposto de Renda, Haddad disse que o desenho da proposta está pronto, mas depende de avaliação do Palácio do Planalto. Segundo o ministro, a equipe econômica encontrou uma solução para compensar a perda de arrecadação com a elevação da faixa de isenção para R\$ 5 mil, mas a sugestão ainda precisa ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Agora, começa uma tramitação formal [dentro do go-

verno]. Então, isso vai acabar vindo nas próximas semanas. Essa é uma reforma que queremos que tramite com a cautela e a transparência devida. Essa é uma lei mais simples, mas com impacto econômico relevante”, disse Haddad, ao destacar que a reforma do Imposto de Renda depende de lei ordinária, que requer maioria simples no Congresso.

Segundo Haddad, os parâmetros da reforma do IR seguirão as linhas gerais apresentadas pelo governo em novembro, mas o texto teve ajustes. O ministro, no entanto, não adiantou medidas nem detalhou se a taxa de dividendos dos mais ricos continua na proposta.

“Nenhuma renúncia fiscal pode ser feita sem compensação no Brasil. O desenho já está estabelecido, mas não tenho autorização do Planalto ainda para divulgar. Essa reforma queremos que tramite com a cautela devida. Os parâmetros anunciados antes foram mantidos, mas fizemos correções”, declarou.

Outros projetos

Anunciada no ano passado, a taxa e a regulamentação econômica das big techs ainda não enviada ao Congresso. As mudanças na Previdência dos militares foram enviadas em dezembro, sem tempo de ter sido votada no fim do ano passado.

Fonte: CUT